

ALGUNS PROBLEMAS SEMÂNTICOS NA ANÁLISE DOS ADJETIVOS *

RODOLFO ILARI
IEL/UNICAMP

Na concepção de predicação adotada pela gramática tradicional, a dupla função do adjetivo, como adjunto e como predicativo, aparece justificada pela capacidade - que o adjetivo compartilha com o substantivo - de indicar propriedades (isto é, em termos tradicionais, de ter uma **compreensão**) e, desse modo, delimitar um conjunto de objetos (isto é, corresponder a uma **extensão** determinada).

Tratados do ponto de vista extensional, tanto o substantivo quanto o adjetivo remetem a conjuntos de indivíduos e às duas funções sintáticas próprias do adjetivo correspondem a duas possíveis operações sobre conjuntos:

a) ao uso do adjetivo na função de predicativo do sujeito a gramática clássica fazia corresponder uma afirmação de inclusão: supondo que o sujeito e o predicado são expressões nominais, o conjunto de objetos expresso pelo sujeito estaria sempre contido no conjunto de objetos expresso pelo predicativo; por exemplo, a sentença "todo paulista é brasileiro" afirmaria que o conjunto dos paulistas está contido no conjunto dos brasileiros.

b) o uso do adjetivo em função de adjunto seria por sua vez uma maneira de definir a intersecção dos conjuntos denotados pelo nome e pelo adjetivo; assim a expressão "romance machadiano" definiria o conjunto de objetos que são simultaneamente romances e machadianos, isto é, escritos por Machado de Assis, e a expressão "pássaro preto" delimitaria um sub-conjunto a partir de dois conjuntos de objetos: o dos pássaros e o das coisas, animais etc. pretos.

Apesar do forte apelo intuitivo que sempre exerceu, essa teoria não dá conta de todos os usos possíveis de adjetivos; fornece porém um estereótipo útil, provocando objeções que apontam para uma classificação semanticamente motivada dos adjetivos. Consideremos algumas dessas objeções.

* O texto a seguir foi apresentado em outubro de 1992 no VI Seminário do Projeto "Gramática do Português Falado", como parte de uma série dedicada levantar temas para uma análise "funcional" dos adjetivos. Para essa mesma série contribuíram Ataliba T. de Castilho, Célia Maria M. de Castilho, Esmeralda Vailati Negrão e Carlos Franchi. Sobre algumas perguntas que este texto enumera, comecei a refletir nos final da década de '70, quando eu era monitor, e o Wanderley Geraldi aluno, dos cursos de Lógica e Linguagem

I. ADJETIVOS-ADJUNTOS E MULTIPLICAÇÃO DE CLASSES

I.1. A questão da idiomaticidade

Em primeiro lugar, são numerosas as expressões constituídas precisamente por um substantivo e um adjetivo que assumem caráter idiomático, e nessas, o sentido do todo pode não resultar de operações efetuadas sobre o sentido das partes. Assim, em

- (1) elefante branco (= objeto imprestável)
besta quadrada
barba azul, etc.

é difícil explicar o sentido da expressão [N+A] como resultando da composição do sentido do substantivo com o sentido do adjetivo. As expressões complexas acima listadas são, do ponto de vista semântico, "não composicionais", ou seja, trata-se de frases feitas onde o sentido que atribuíamos, no atual estágio da língua, a cada um dos constituintes, é irrecuperável. Nestes casos, a idéia de que a extensão de "elefante branco" deve ser localizada na intersecção das extensões de "elefante" e de "branco" não se aplica. É importante ter em mente exemplos como esse, porque a aplicação de adjetivos a nomes mediante a construção atributiva tem sempre efeitos em alguma medida semelhantes a esses: em

fossas nasais
estado maior
controle remoto
etc.

é provável que o falante comum não reconheça nenhum dos sentidos correntes de "fossas", "estado" e "controle". Um correlato dessa situação de idiomaticidade é que não se espera encontrar as mesmas palavras na relação predicativa e que as sentenças a seguir são anômalas:

- (2a) o controle da televisão é remoto
(2b) achei remoto o controle da televisão
(2c) as fossas de que falei a você são nasais

I.2. O papel semântico do núcleo

Na representação tradicional do papel do adjunto, o nome e o adjetivo entram com a mesma função, e o fato de que o primeiro constitui o núcleo do sintagma aparece como um mero acidente gramatical. É o caso de perguntar se as diferenças entre o núcleo e o adjunto se apagam de todo no produto semântico final, se, por exemplo,

"soldado francês" e "francês soldado" significam exatamente a mesma coisa. A crer na intuição, não é isso que acontece. Nos textos mais articulados, aliás, ocorre com relativa facilidade uma situação observável neste exemplo de Borges Neto:

- (3) Aqueles dois pianistas executaram uma bela versão a quatro mãos do "Samba de uma nota só". O (pianista) calvo foi quem fez o arranjo.
- (4) Aqueles dois pianistas executaram uma bela versão a quatro mãos do "Samba de uma nota só". ?? O calvo pianista foi quem fez o arranjo.

Borges lembra a propósito desse exemplo que "o pianista calvo" não poderia intercambiar com "o calvo pianista" nem com "o pianista, (o) calvo", e conclui que o adjetivo anteposto estaria sempre em função "apositiva". Como o contexto exige uma restrição, explica a inaceitabilidade daquelas duas formas tratando-as de positivas. De nossa parte, parece-nos correto fazer uma constatação mais simples: o contexto exige, sim, uma restrição; a palavra ou expressão que introduz essa restrição é o adjetivo, não o substantivo.

1.3. Os adjetivos intensionais

Seja como for, a tese tradicional que representa o adjetivo e o substantivo como delimitando extensões, e associa à função sintática de adjunto uma operação de multiplicação de classes tem sido alvo de uma crítica mais radical, segundo a qual essa explicação não dá conta dos adjetivos adjuntos em geral, porquanto alguns deles ao menos operariam não sobre extensões, isto é, conjuntos de objetos, mas sobre as intensões dos nomes, isto é, as propriedades que eles exprimem. Os adjetivos sempre lembrados para fundamentar essa crítica são como "falso", "pretensão" e "suposto", em exemplos como "falso amigo", "pretensão autoridade", "suposto comunista". Estes adjetivos têm em comum o fato de que, no sentido relevante, não podem ser predicados diretamente do sujeito. De fato, são agramaticais as sentenças que os teriam como núcleo do predicado nominal, cp.

- (5) ?? Pedro, enquanto comunista é falso/suposto
- (6) ?? O inventor do telefone, Graham Bell é pretensão

Do ponto de vista estritamente sintático, a agramaticalidade de (5) e (6) mostra que "falso", "suposto", "pretensão" e outros adjetivos análogos não se prestam a constituir o núcleo do predicado; isto significa que esses adjetivos são sempre sincategoremáticos, ou seja, que **predicam com** um adjetivo ou um nome; do ponto de vista semântico, ilustram a necessidade de descrever a aplicação do adjetivo-adjunto ao substantivo por um processo distinto do da multiplicação de classes.

Aqui, a sugestão mais forte é falar de uma operação sobre intensões, ou seja, propriedades, sugerindo que há um maneira intuitivamente correta de derivar a propriedade "pretensão comunista" das propriedades expressas por "comunista" e "pretensão..."; o locutor que domina a língua e sabe o sentido de "pretensão...", chega a propriedades diferentes conforme aplica esse adjetivo a "comunista" ou "sionista"; também é capaz de relacionar diferentes conjuntos de indivíduos através do adjetivo "pretensão" (por exemplo, o conjunto dos comunistas e o dos pretensos comunistas, o dos amigos e o dos falsos amigos etc.) mas não o faz delimitando a intersecção de dois conjuntos.

A tentação de identificar sincategorematicidade e intensionalidade tem sido grande na literatura recente, mas não é certo que tenha levado a resultados conclusivos. Caberia portanto uma análise para distinguir e se for o caso correlacionar as duas noções.

II. PREDICAÇÃO E INCLUSÃO DE CLASSES

Logicamente falando, os exemplos acima transcritos mostram que os adjetivos pretensão, suposto e falso - no emprego relevante - exigem um complemento que tem que ser uma expressão indicando propriedade. Essa observação aponta, antes de mais nada, para a necessidade, sempre que se quer entender a contribuição que o adjetivo faz ao sentido geral da oração, de examinar as relações lógicas que ele mantém com o resto da sentença. Assim, a diferença de sentido entre os dois usos de "falso" exemplificados em (7) e (8) e resulta antes de mais nada do fato de que em (7) "falso" se aplica a objetos (de um tipo peculiar, como sentenças, relatos e versões), ao passo que em (8) se aplica a propriedades:

- (7) A versão que você acaba de ouvir a respeito do crime é falsa
- (8) X é um falso moralista.

Na realidade esse não é o único caso em que compensa perguntar pelas relações lógicas que o adjetivo estabelece no interior da oração: a pergunta é muito mais importante e instrutiva quando um dos argumentos logicamente associados ao adjetivo carece de qualquer representação segmental mas é ainda indispensável para a interpretação da oração.

Esse problema se coloca crucialmente para alguns adjetivos como "alto", "grande", "bom" e outros que, embora aparentemente não apresentem problemas de interpretação, talvez pelo seu uso extremamente frequente, podem significar coisas objetivamente muito distintas conforme a maneira como representamos (conforme a propriedade que evocamos propósito de) os objetos de que eles são predicados.

Objetivamente,

- (9) João Aranha é pequeno

significa coisas bastante diferentes conforme se trata de uma pessoa ou de uma cidade; em se tratando de uma pessoa, conforme se refere a uma criança ou a um adulto, e assim por diante. (Para quem não sabe, João Aranha é uma cidadezinha próxima a Campinas, S.Paulo). Se adjetivos como "grande" e "pequeno" chegam a ser de alguma utilidade prática para indicar dimensões de objetos e seres humanos, é porque o contexto permite no mais das vezes que os utilizemos em comparação implícita com outros objetos ou seres "do mesmo tipo". Assim, uma tentativa de representar na oração todos os termos semanticamente relevantes para a interpretação levaria a paráfrases como:

- (10) João Aranha é pequena para uma cidade do sudeste de S.Paulo.
- (11) João Aranha é pequena para um centro urbano do século XX.

Essas verbalizações mostram que os adjetivos "grande", "pequeno", "alto", "baixo", "bom", "ruim" e muitos outros, que aparentam à primeira vista nomear "propriedades", isto é, características que valeriam em termos absolutos para determinados objetos e portanto definiriam conjuntos de objetos, são na verdade nomes de "relações": "alto", em outras palavras, não é qualquer objeto que ultrapassa em termos absolutos uma certa medida, quando tomado em sua dimensão vertical, mas qualquer objeto que ultrapassa outros objetos representados como sendo "do mesmo tipo". A sintaxe da língua define várias maneiras apropriadas de explicitar a que tipo de objetos nos referimos:

- (12) João Aranha é um jogador de basquete/jóquei alto
- (13) João Aranha é alto para um jogador de basquete/um jóquei
- (14) O jóquei/jogador de basquete João Aranha é alto

A possibilidade de explicitar através de substantivos comuns a classe de objetos que é tomada como parâmetro para corrigir a vagueza intrínseca desses adjetivos mostra que sua natureza mais profunda é de comparativos. Parece que são esses os adjetivos que mais facilmente intervêm nas estruturas comparativas tradicionalmente estudadas pelas gramáticas no capítulo dos "graus do adjetivo"; mas seria necessária mais pesquisa para decidir se as construções gramaticalizadas como comparativo e superlativo e a explicitação de um argumento "parasitário" para controlar a vagueza intrínseca de um adjetivo que acaba de ser representada em (10) e (11) têm ou não o mesmo fundamento semântico.

Seja como for, entender que (9) é verdadeira se e somente se João Aranha pertence ao conjunto dos objetos que são em termos absolutos, pequenos, aparece como um erro grosseiro, uma transposição impropriedade de casos mais simples (como "Sócrates é ateniense"); aqui a tese de que predicar é afirmar uma inclusão de classes em classes, ou de indivíduos em classes falha, e outras relações semânticas mais complexas precisam ser propostas e testadas.